

Portaria nº 057/2025–P.

Dispõe sobre a Declaração de Inexigibilidade de Licitação de que trata a Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, em conformidade com o artigo 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o artigo 3º, da Lei Estadual nº 4.209, de 11 de agosto de 2023, e ainda com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021.

**Considerando** que o artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 dispõe sobre os casos de inexigibilidade de licitação, onde é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

**Considerando** o Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Diretoria de Serviços Administrativos (DISAD), o qual apresenta análise detalhada acerca da viabilidade técnica, econômica e operacional da contratação, fornecendo subsídios essenciais para a adequada tomada de decisão.

**Considerando** o Termo de Referência constante nos autos, que especifica de forma detalhada os requisitos técnicos, funcionais e legais necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de água potável, bem como de coleta e tratamento de esgoto sanitário, destinados a atender às necessidades dos prédios Sede e Anexo (em construção) da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, conforme autorização do Ordenador de Despesas desta Casa de Leis;

**Considerando** que, nas contratações diretas por inexigibilidade, é indispensável que o contratado comprove previamente a exclusividade na prestação do serviço, demonstrando que este é fornecido por um único produtor, empresa ou representante comercial, o que torna inviável a competição, nos termos do inciso I do art. 74 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

**Considerando** que a Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins (BRK Ambiental), inscrita no CNPJ nº 25.089.509/0001-83, apresentou Declaração de Exclusividade e que os valores propostos se encontram compatíveis com os praticados no mercado;

**Considerando** o disposto no Despacho de Justificativa emitido pela Diretoria de Compras, Material e Patrimônio – DCOMP, que fundamenta a necessidade da contratação direta da empresa Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins (BRK Ambiental), com base nas razões nele elencadas.

**Considerando** a regularidade fiscal da empresa, conforme certidões anexas ao Processo Administrativo nº 203/2025, e a justificativa apresentada na Certidão de Distribuição nº 202500062670, emitida pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins, que esclarece a ausência das certidões de débitos municipais e estaduais.

**Considerando** ainda o parecer Jurídico nº 277/2025-PGA/AL, lavrado pelo Procurador Geral da Assembleia, que fundamenta a possibilidade da contratação da empresa mencionada com base no artigo 72, inciso - III, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Declarar inexigível o Processo Licitatório para a da Empresa **Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins (BRK Ambiental)**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 25.089.509/0001-83, por meio do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 486/2025, com o objetivo de atender às necessidades da Diretoria de Serviços Administrativos (DISAD), no valor de consumo anual estimado de R\$ 269.107,32 (duzentos e sessenta e nove mil, centos e sete reais e trinta e dois centavos).

**Art. 2º** O presente ato fundamenta-se na inexigibilidade de licitação em virtude da natureza do contrato, o qual dispensa o procedimento licitatório nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**Art. 3º** Os encargos deste ato correrão por conta da dotação orçamentária do Programa de Trabalho 01.031.1141.2183 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos, Natureza 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica, Fonte: 500 – Recursos Não Vinculados de Impostos, Unidade Orçamentária 01010 – Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de outubro de 2025.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**  
Presidente